

A. I. Nº - 120018.0105/12-2
AUTUADO - IBPC PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
AUTUANTE - AIDIL ISABEL DE SOUSA
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 03/10/2013

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0233-03/13

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES PAGOS E OS ESCRITURADOS NO LIVRO FISCAL. Imputação elidida. Contribuinte comprova recolhimento do imposto. **2.** DIFERIMENTO. RECEBIMENTOS DE REFEIÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DIFERIDO. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 28/09/2012, exige ICMS no valor de R\$ 13.472,91, em decorrência das seguintes infrações.

INFRAÇÃO 01 – Recolheu a menor ICMS em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração de ICMS, no mês de novembro de 2011. Exigido valor de R\$ 3.110,80, acrescido da multa de 60%.

INFRAÇÃO 02 – Deixou de proceder o recolhimento do ICMS substituído por diferimento, na condição de responsável pelo recolhimento do imposto diferido, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010. Exigido valor de R\$ 10.362,11, acrescido da multa de 60%. Consta que houve “falta de recolhimento do ICMS substituído por diferimento na aquisição de alimentação para funcionários, conforme demonstrativo”.

Constam dos autos: TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO (folha 05); DEMONSTRATIVO AUDITORIA DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (folhas 06 e 07); cópias do Livro Registro de Entradas da autuada (folhas 08 a 10 e 12 a 15); cópia do Livro Registro de Apuração de ICMS da autuada (folha 11); Impugnação (folhas 20 a 40); informação fiscal (folha 43).

A autuada apresenta impugnação (folhas 20 a 40), na qual se insurge contra parte do lançamento efetuado pela fiscalização. Quanto à infração 01, alega que o recolhimento do ICMS referente ao mês de setembro de 2010 foi pago integral conforme DMA, DAE (pago) e Registro de Apuração do ICMS em anexo.

Afirma que apesar de a Empresa ter emitido 2 (duas) notas fiscais de nº 168 e 173, para recuperar o ICMS destacado indevidamente nos documentos fiscais nº 166 e 170, as mesmas não foram registradas no livro Registro de Entradas e nem lançadas na apuração do ICMS em momento posterior.

Quanto à infração 02, o Contribuinte reconheceu o débito junto à repartição fazendária no valor principal de R\$ 10.362,11 (dez mil, trezentos e sessenta e dois reais e onze centavos), o qual foi pago, segundo afirma, no dia 31.10.2012, com os devidos acréscimos moratórios e multas por infração, totalizando R\$ 14.913,68 (quatorze mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos). Anexa o documento de confissão de dívida perante a repartição fazendária, bem como cópia do DAE quitado, devidamente autenticado pela agência bancária.

A autuante, ao proceder à informação fiscal (folha 43), acata a alegação da autuada no que se refere à infração 01. Conclui, pedindo a manutenção parcial do auto de infração.

VOTO

Quanto à infração 01, a autuada se desincumbiu a contento do seu ônus probatório com vistas a evidenciar a quitação do ICMS devido, relativamente ao mês de novembro de 2010, conforme cópias da DMA (folha 38), do DAE quitado (folha 37) e do livro Registro de Apuração do ICMS (folhas 39 e 40).

A autuante acatou prontamente, neste ponto específico, as alegações trazidas pela autuada, resultando na extinção da questão controvertida relativa a esse ponto específico.

Diante do exposto, voto pela improcedência do lançamento, no que se refere à infração 01.

Quanto à infração 02, o demonstrativo “AUDITORIA DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA” (folhas 06 e 07), anexado pela autuante, evidencia, com clareza, a ocorrência de omissão no recolhimento do ICMS relativo às operações de aquisição de alimentação destinada aos empregados, no qual se fez a identificação individualmente de cada documento considerado, conforme coluna “Nota Fiscal”.

Desincumbiu-se, assim, do seu ônus probatório naquilo que se refere aos elementos reveladores da ocorrência do fato gerador.

A impugnante não se insurgiu, neste ponto, em relação ao lançamento efetuado pela autoridade fiscal, pelo contrário, confessou o fato bem como efetuou a quitação do valor exigido, conforme pode ser atestado pelo exame dos documentos às folhas 21 e 37.

Diante do exposto, voto pela procedência do lançamento, no que se refere à infração 02.

Em conclusão, voto pela Procedência Parcial do auto de infração, com a improcedência da infração 01 e a procedência da infração 02, devendo ser homologado o valor já recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **120018.0105/12-2**, lavrado contra **IBPC PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 10.362,11**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42 inciso II “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor já recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de setembro de 2013.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA - RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR